



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2009	15h25min	18 ^a Sessão Ordinária	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 5^a LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 18^a
(DÉCIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 18 DE MARÇO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Leite a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito aos Srs. Parlamentares que se dirijam ao plenário.

Dá-se inicio aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 48, de 20/03/2009, juntamente com a ata sucinta da 18^a Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2009	15h25min	18 ^a Sessão Ordinária	2



DATA 18/03 /2009

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5^a LEGISLATURA - 2^a SESSÃO LEGISLATIVA – 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTES	LICEN.
AYLTON GOMES - PMN		X	
BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP		X	
BENEDITO DOMINGOS - PP		X	
BENÍCIO TAVARES – PMDB		X	
BISPO RENATO – PR		X	
BRUNELLI – DEM		X	
CABO PATRÍCIO – PT		X	
CHICO LEITE – PT	X		
CLÁUDIO ABRANTES - PPS		X	
CRISTIANO ARAÚJO – PTB		X	
DOUTOR CHARLES – PTB		X	
ÉRIKA KOKAY – PT	X		
EURIDES BRITO –PMDB		X	
GERALDO NAVES – DEM		X	
JAQUELINE RORIZ – PSDB		X	
MILTON BARBOSA – PSDB	X		
PAULO TADEU – PT		X	
RAAD MASSOUH – DEM		X	X
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X	
REGUFFE – PDT		X	
ROBERTO LUCENA - PMDB		X	
ROGÉRIO ULYSSES – PSB		X	
WILSON LIMA – PR	X		
LEONARDO PRUDENTE – DEM	X	X	
TOTAL	<i>05</i>	<i>19</i>	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2009	15h25min	18 ^a Sessão Ordinária	3

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão presentes 4 Deputados. Consta-se que não há em plenário o *quorum* necessário para a realização da sessão.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui assinar a folha de ponto e constatei que ontem não assinei. Mas há um fato notório nessa história, porque estive aqui no plenário, participei dos trabalhos legislativos e, sendo fato notório, conforme o Deputado Chico Leite sabe, independe de prova. Quero aqui de público reafirmar e registrar mais uma vez a minha presença, embora não tenha assinado a folha de ponto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Peço a V.Exa. que se encaminhe à Terceira Secretaria e assine a folha de ponto, pois sua presença foi confirmada através da votação de várias matérias. V.Exa. pode assinar a folha de ponto.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Ainda na sua Presidência, quero anunciar de ausente para presente o Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Wilson Lima, apenas quero informar a V.Exa. que estou junto com o Deputado Cabo Patrício na sala de reuniões ao lado da Presidência, recebendo o Fórum das Associações da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Há aproximadamente 20 representantes de associações que estão ali discutindo e deliberando sobre as questões de interesse da segurança pública no Distrito Federal. Avisei que comunicaria ao Plenário a vinda dos representantes do Fórum das Associações da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e, portanto, peço a V.Exa. que dê continuidade aos trabalhos desta sessão enquanto terminamos a discussão que espero termine nos próximos 15 minutos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2009	15h25min	18ª Sessão Ordinária	4

Se não houver *quorum* para deliberação nem para debate, porque há apenas 5 Parlamentares presentes... Há, agora, 6 Parlamentares presentes. Aguardarei um pouco, pois há *quorum* para discussão.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi dizer que estão tentando fazer uma Comissão Parlamentar voltada para a área de segurança pública. É bom que se verifique o Diário.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Já existe a Comissão Parlamentar. Isso foi falta de informação de um grupo de associações. Eles já foram comunicados de que já existe uma comissão, da qual V.Exa. faz parte.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Digo isso apenas para que não façamos outra peça igual, como foi o caso de duas leis idênticas no ano passado.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa., futuro Senador da República.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria, Sr. Presidente, que o Deputado Leonardo Prudente pudesse levar àquele debate das associações, especialmente como Presidente da Casa, com a lógica política que tem desenvolvido, que tem cultivado e pela qual tem sido aplaudido pelas instituições, a intervenção deste Poder na melhoria da remuneração e na valorização do policial e da policial militar.

Não apenas me refiro às promessas gravadas e divulgadas de campanha do Governador Arruda, mas à injustiça que, de longo tempo, se pratica contra aqueles profissionais, aqueles servidores e servidoras públicas que certamente, com um melhor tratamento do ponto de vista da valorização profissional, do ponto de vista da qualificação, da instrução, especialmente do ponto de vista da remuneração e das condições de trabalho, farão um melhor serviço do que já têm feito para a população do Distrito Federal.

Então, acho que esta Casa precisa comprometer-se, e V.Exa., Deputado Leonardo Prudente, tem feito este papel de maneira especialmente comprometida com o cumprimento, pelo Governo, daquilo que prometera em campanha e daquilo que já dissera algumas vezes em debates na presença das associações. Esta Casa cobrará do Governo, efetivamente, independentemente do partido, as melhorias anunciadas à classe corajosa, valente e hercúlea da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, evidentemente.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2009	15h25min	18 ^a Sessão Ordinária	5

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu estava aguardando a chegada da Líder do Governo – temos hoje um *quorum* extremamente reduzido, não sabemos quanto tempo durará a sessão – para que S.Exa. pudesse explicar esta declaração do *Correio Braziliense*: “As pessoas que tentaram protelar a votação do PDOT queriam impedir a regularização dos condomínios por este Governo. O reordenamento incomoda alguns interesses, mas, assim como ocorreu na Constituição de 88, primeiro vieram as críticas e depois os elogios pelas profundas mudanças”.

Eu vou me abster de comentar a Constituição de 1988, em respeito à nossa Constituição cidadã e em respeito à memória do Dr. Ulysses Guimarães, mas eu diria, Sr. Presidente, que esta declaração é uma declaração que reduz a discussão, simplifica e que peca contra a verdade. Primeiro, nós da bancada do Partido dos Trabalhadores nunca quisemos protelar a discussão do PDOT, apenas quisemos colocá-la na esteira da legalidade, sem sucesso. Depois, Sr. Presidente, houve, com autoria desta bancada em outros tempos, ainda na outra legislatura, em outro Governo, requerimentos ao Ministério Público para que nós tivéssemos os PDLs das cidades que ainda não os têm, o que é uma urgência, e tivéssemos, também, a revisão do PDOT. Nós queremos a regularização da ocupação do solo. Ninguém mais do que nós, durante todos esses anos em que está vigente o PDOT, tentou fazer, questionou e denunciou a ocupação desordenada, que traz muitas seqüelas para a vida das pessoas.

Portanto, Sr. Presidente, acho que esta Casa é uma Casa de debates, é uma Casa onde o contraditório pode se expressar. Não é correto reduzirmos o debate a uma discussão pautada em elementos que não são verdadeiros. A bancada do Partido dos Trabalhadores – eu queria deixar isso absolutamente claro – sempre lutou pela regularização dos condomínios, para adentrá-los na legalidade, sempre lutou pela preservação dos instrumentos construídos com dor e esperança por este país para realizar os ordenamentos e os planos diretores, na perspectiva de um pacto entre as diversas expressões do estado e da própria sociedade.

Sr. Presidente, digo isso apenas para deixar absolutamente claro que nós temos que pontuar as nossas posições em cima de fatos e em cima da discussão verdadeira. Era o que eu queria falar, Sr. Presidente.

Encerro com a seguinte pergunta: Que interesses o PDOT está contemplando? Que interesses que não podem ser ditos, este PDOT, da forma como foi posto, está contemplando? Era apenas isso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, no momento oportuno, pediremos à Deputada Eurides Brito, Líder do Governo, que preste as informações que V.Exa. solicita. Eu não vi ninguém protelando, postergando ou atrapalhando a votação do PDOT. Eu vi uma discussão acalorada,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2009	15h25min	18 ^a Sessão Ordinária	6

mas todos queriam aprovar a redação final do PDOT, inclusive a bancada do Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, recebi uma comunicação de moradores do Cruzeiro, proprietários e inquilinos, para uma reunião de urgência, hoje, às 19h, no chamado Círculo Operário do Cruzeiro, ao lado do clube intitulado Selva.

O que ocorre é que, naquela unidade do Distrito Federal, os moradores foram notificados, com o tecnicamente chamado auto de intimação demolitória de infração, para que demolissem espontaneamente as áreas de avanço próximas dos becos. Se assim não procedessem, em prazo próprio, seriam demolidas todas essas áreas.

Sr. Presidente, ainda não tenho conhecimento em detalhes do tema em debate naquela cidade, mas, pelo que eu soube, tudo ocorreu em função de um projeto de lei proposto por um Deputado desta Casa e sancionado pelo Governador. Todos nós sabemos hoje que parlamentar não pode ter iniciativa de lei sobre edificação. Por isso, anos mais tarde, esta lei foi considerada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, como já considerou inúmeros projetos que tinham esse mesmo vício de iniciativa.

Pois bem, o Governo, então, tomou a atitude de notificar diretamente aqueles moradores da demolição. Na minha impressão, Sr. Presidente, o Governo deveria convidar os moradores para debater o problema, como já fez em outras hipóteses. Soco na mesa só quebra a mão, não resolve nada. Gritos deixam-nos rouscos, causam antipatia, não trazem qualquer alternativa viável. É claro que nunca defenderíamos algo que fosse contra a lei, em que pese no Distrito Federal, durante muito tempo, ter sido cultivada a ilegalidade, ter sido inclusive infundida nos moradores a idéia de que é possível fazer ou deixar de fazer alguma coisa de acordo com os seus talantes.

Quero fazer um apelo – a Deputada Eurides Brito não está presente – ao Governo do Distrito Federal para que, antes de qualquer atitude, convide os moradores do Cruzeiro para uma conversa, para um debate, para um entendimento, a fim de que todos saibam quais são as alternativas diante da lei e quais são os limites que a lei impõe aos moradores, ao próprio Governo, já que vivemos em um Estado de Direito.

O que eu critico é o fato de o Governo, hoje, ser formado por grande parte daqueles que fizeram parte dos governos passados. A maioria que administra veio de outros governos em que proliferou esse tipo de atitude. E como se houvesse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2009	15h25min	18ª Sessão Ordinária	7

novidade, o Governo toma em vida providências como essa do auto de infração e do mero aviso de demolição.

Reitero, Sr. Presidente, que esta Casa não vai ficar contra a lei. É óbvio que nós do Partido dos Trabalhadores não vamos ficar contra a lei, é evidente. Entretanto, achamos que governar é contemporizar direitos. Assim sendo, não custaria nada ao Governo convidar os moradores para um entendimento com todas as entidades que, de alguma sorte, estivessem imbuídas na solução do assunto e pudessem interferir, como o IPHAN, como a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, como o Ministério Público, como esta Casa Legislativa. Não me parece razoável essa atitude do Governo, ainda mais sabendo que este Governo veio de governos em que se proliferou esse tipo de comportamento que ele agora, do dia para a noite, quer repudiar.

Digo isso sem examinar um por um dos casos. O correto seria o exame individualizado, com direito de defesa a todos que foram notificados. Afinal, estamos ou não no império do devido processo legal? Estamos ou não no estado de direito?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Chico Leite, deixa-nos confortável – pelo menos a nosso ver – a informação de que, hoje, o Secretário Roberto Giffoni estará presente em uma reunião com os moradores. Ninguém será preso.

Deve-se encontrar uma saída honrosa para que as coisas aconteçam. Se eu tiver disponibilidade, irei ao local. Quem sabe poderemos participar da reunião com os moradores, até para que se aparem algumas arestas com a informação de constitucionalidade da lei. Não só desta lei, mas também de outra que foi aprovada nesta Casa; e não pelo Executivo. Nessa lei, criou-se a Avenida Comercial do Cruzeiro, que nunca saiu do papel e, na verdade, jamais sairá.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, temos feito muitas observações – claro, bom bastante humildade – aos colegas sobre esse problema da iniciativa de lei a respeito de edificações. Isso cria expectativas nas pessoas. Outro dia, realizamos um debate e fomos buscar alternativas no IPHAN, no Ministério Público. Graças a Deus, solucionamos a questão. Foi um problema sério, criado por uma lei absolutamente inconstitucional e inócuas, sobre as grades do próprio Cruzeiro.

Agora, o problema é mais sério. A nossa Líder, Deputada Erika Kokay, estará lá, representando o nosso partido, a nossa bancada, que sempre atuou firmemente no debate dos direitos da população do Distrito Federal.

Agradeço a V.Exa. a sensibilização e o acolhimento desse apelo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Governador Arruda, ao citar os seus parâmetros, fala: “até 2006, da forma como estava”. Ou seja, o Cruzeiro já estava dessa forma há anos. Deve-se achar uma saída honrosa, que não cause



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2009	15h25min	18 ^a Sessão Ordinária	8

prejuízo nem dissabor para os moradores daquela região. É esta a minha vontade, que as coisas se resolvam.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, reafirmo que a bancada do Partido dos Trabalhadores estará na reunião hoje à noite.

Governar deve ser contemporizar os interesses e, ao mesmo tempo, separar o joio do trigo, eu diria. Há becos que foram murados, ou ocupados, desde a década de 70. Desde a década de 70! E, agora, estão-se notificando essas pessoas para que elas derrubem ou retirem suas construções; senão ocorrerá uma derrubada.

Lembro que ontem houve o compromisso do Presidente da sessão, Deputado Leonardo Prudente, de que promoveríamos, nesta Casa, uma audiência pública para discutirmos outras derrubadas fora do que foi acordado. Refiro-me aos quiosques e *trailers*. Foi dado um prazo de 18 meses, que não está sendo respeitado. Deve-se regularizar uma situação e não eliminar fontes de renda de micro e pequenos empresários. Não podemos ter dois pesos e duas medidas; estabelecer puxadinhos de forma absolutamente controversa ou destruidora do tombamento de Brasília, dos princípios de volumetria do projeto do Lúcio Costa, e ter essa postura com *trailers* e quiosques.

Não há *quorum* neste momento, mas eu gostaria do compromisso de V.Exa. de que, quando houver, possamos aprovar a realização desta audiência pública para discutir a questão dos quiosques e *trailers*, que foi fruto de uma longa discussão nesta Casa e que deu origem a um projeto aprovado por unanimidade, com louvor. Solicito apenas isto, o compromisso de que possamos aprovar o requerimento desta audiência pública, conforme anunciado no dia de ontem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada, V.Exa. sabe que não há óbice nenhum.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 17^a Sessão Ordinária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2009	15h25min	18 ^a Sessão Ordinária	9

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ontem esteve aqui, para apresentar as metas fiscais, o Secretário de Fazenda, que, em verdade, pouco esclareceu sobre a ineficiência do Governo do Distrito Federal em estabelecer o processo de elevação da arrecadação, inclusive de colocar em prática uma lei aprovada por esta Casa que estabelece que todos os extratos de cartões de crédito ou de débito devem ser encaminhados à Receita. Como não há contratação de servidores – temos apenas 70 auditores tributários trabalhando –, não há como o Governo do Distrito Federal cruzar esses dados. Ora, há um estudo de São Paulo que indica que 60% do ICMS do comércio varejista sofrem sonegação. Isso elevaria para 5 bilhões de reais a receita do DF apenas nesse setor. Obviamente, São Paulo, que tem uma lei semelhante à aprovada por esta Casa, disponibilizou mais de 400 fiscais para fazer um mutirão e está estabelecendo esse cruzamento para evitar a sonegação.

Não obstante tenhamos tido uma arrecadação, no mês de janeiro deste ano, superior à do mês de janeiro do ano passado, o Governo diz que há uma crise e uma queda de arrecadação e que suspendeu a contratação de todos os servidores que já estavam prestes a assumir seus postos. Isso gerou uma greve e uma paralisação do sistema penitenciário, que, neste momento, sofre com uma mobilização e uma paralisação dos agentes penitenciários. Estão suspensas todas as escoltas, e as visitas não puderam se realizar a contento, por informações que obtivemos, porque reivindicam algo extremamente justo. Deputado Milton Barbosa, chamo a atenção de V.Exa., que sabe que estou falando da contratação dos agentes penitenciários já devidamente habilitados. Nós precisaríamos de, no mínimo, 800 a 1.200 novos agentes penitenciários. O contingente deste momento não representa nem a metade desses números. Obviamente que não será solucionado um problema de verdadeira asfixia em que vive o sistema penitenciário.

Sr. Presidente, hoje alguns familiares de presos me ligaram para falar da dificuldade em obter documentos e da dificuldade de a rotina do Sistema se efetivar, em virtude da ameaça ou do movimento legítimo – é o que me parece – dos agentes penitenciários. Eles têm razão em exigir que o acordo feito com o Distrito Federal, que originou uma lei nesta Casa, seja cumprido, para que não trabalhem com a iminência do risco e para que possamos fazer com que os direitos assegurados pela lei sejam exercidos pela comunidade carcerária. Hoje não há como cumprir uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2009	15h25min	18 ^a Sessão Ordinária	10

decisão judicial que libera um preso, por exemplo, para assistir a um funeral do seu pai ou da sua mãe, porque não há escolta; não há como encaminhar esse preso ao sistema de saúde, porque não há escolta; não há como encaminhá-lo a uma audiência judiciária, porque não há escolta; não há como fazer com que eles utilizem a escola, porque também não há escolta para deslocá-los para a escola interna, dentro do presídio. Além disso, há várias oficinas de trabalho que estão fechadas porque não há contingente suficiente para encaminhar esses presos. Há presos que passam até 60 horas sem banho de sol e na tranca, como se chama, trancados dentro da cela, porque não há como disponibilizar, em condições de segurança, que eles tenham direito às atividades fundamentais para o seu processo de reintegração harmoniosa à sociedade. Se nós fizermos uma pesquisa, vamos ver que a sociedade entende que o sistema prisional hoje não reintegra, que o sistema prisional é uma escola de crimes. E para que não seja uma escola dentro da criminalidade é preciso apenas seguir a lei e para seguir a lei nós precisamos dos agentes penitenciários, para aliviar o sofrimento do trabalho dos que lá estão e também para que possamos assegurar um sistema que caminhe na linha da reintegração harmoniosa à sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, como amanhã teremos reunião extraordinária da Comissão de Direitos Humanos – eu falo como Presidente da Comissão –, que possamos nós da Comissão agendar uma visita ao sistema penitenciário para que tenhamos a possibilidade de mediar, como esta Comissão sempre o fez, os conflitos inerentes àquele segmento, que é invisibilizado pela sociedade. Muitas vezes o menino só se sente visível com a arma na mão e, depois da sentença, se torna invisível de novo.

Então, sugiro que a Comissão de Direitos Humanos desta Casa agende uma visita para que busquemos solucionar a contento um problema que atinge os agentes, a comunidade presidiária e todos os seus familiares. Era isso o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estou apresentando hoje um requerimento à Mesa Diretora no sentido de que se constitua nesta Casa uma Comissão Especial para a fiscalização e o acompanhamento detalhado de todos os gastos de dinheiro público efetuados pelo Governo do Distrito Federal a fim de preparar Brasília para ser a sede da Copa do Mundo de 2014.

Para os senhores terem uma idéia, nos jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio de Janeiro, foram gastos aproximadamente 4 bilhões de reais. O valor estimado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2009	15h25min	18 ^a Sessão Ordinária	11

para as obras daquele Pan-Americanano foi de 800 milhões de reais; ou seja, se programou um custo de 800 milhões de reais e se gastou 4 bilhões de reais. Mas eu fui mais longe na minha pesquisa: as 4 edições anteriores dos jogos Pan-Americanos, em Santo Domingo, Winnipeg, Mar del Plata e Havana custaram em média 260 milhões de reais. Ou seja, nos jogos Pan-Americanos do Rio, além de ter sido feita uma estimativa de gasto superior ao triplo das 4 edições anteriores, conseguiu-se gastar 5 vezes o valor estimado. Então, o gasto de 4 bilhões de reais para os jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro foi 14 vezes maior do que o dessas outras 4 cidades. O que se faz então? Dá-se início a um processo para punir os culpados. Mas isso não basta. O contribuinte tem que reaver o dinheiro. Sr. Presidente, o que eu quero com esta Comissão Especial? Evitar desvios de dinheiro público e que esta Casa cumpra o seu papel de fiscalização do gasto do dinheiro do contribuinte e acompanhe *pari passu* o gasto de cada centavo do dinheiro do contribuinte nas obras da Copa de 2014.

O Poder Legislativo moderno é cada vez menos legislador e cada vez mais fiscalizador, até porque chegará um momento em que teremos leis demais! Não precisaremos mais fazer novas leis, mas, sim, fazer com que as que já existem sejam cumpridas. Então, o papel do Legislativo moderno é cada vez menos legislador e cada vez mais fiscalizador.

Eu penso que esta Casa estará dando um grande exemplo constituindo uma Comissão Especial para fiscalizar as obras da Copa de 2014, fiscalizar o gasto de cada centavo do dinheiro do contribuinte nessas obras da copa de 2014.

É importante que a Copa seja aqui? Claro que é. É importante que a abertura da Copa, como diz o Governador, seja em Brasília? É claro que é! Isso traz, além do turismo na época da Copa do Mundo, a veiculação de uma imagem positiva de Brasília para o resto do mundo, inclusive trará um turismo para a cidade nos próximos anos! Vai criar uma boa imagem da cidade, vai divulgar Brasília para o resto do mundo! Então, penso que é, sim, uma chance única! Aliás, eu lembro que 1 em cada 5 empregos gerados no mundo são na área de turismo. É um emprego inteligente porque não causa dano ao meio ambiente e, mais do que isso, gera renda, movimenta a economia e gera empregos.

Penso que esta Casa tem que fiscalizar o gasto desse dinheiro. Por quê? O fato de que isso gera emprego, é bom para a cidade e incentiva o turismo não justifica o desvio de dinheiro público, não justifica um espertalhão cometer uma falcatrua para superfaturar uma obra. Então, eu acredito na boa intenção do governo local. Agora, eu penso que esta Casa tem que cumprir o seu papel de fiscalização de cada centavo que é gasto do dinheiro do contribuinte. Portanto, acho que essa Comissão Especial – e seu trabalho é esse – cumpriria um grande papel para a população e para o contribuinte do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2009	15h25min	18 ^a Sessão Ordinária	12

Além disso, estou encaminhando também solicitação ao Ministério Público no sentido de que ele não faça a fiscalização apenas *a posteriori*, mas que faça a fiscalização acompanhando cada gasto do dinheiro do contribuinte. O Ministério Público não pode querer investigar só depois do mal já estar feito. É importante fazer a prevenção, acompanhar o planejamento e a execução de cada obra. Eu penso que, com isso, estaremos prestando um grande serviço à população do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou fazer uma pergunta, Deputado Cabo Patrício – e ontem foi dia de São Patrício –, Deputado Batista das Cooperativas, Deputado Bispo Renato, Deputado Wilson Lima, Deputado Paulo Tadeu, Deputado Leonardo Prudente, Deputado Chico Leite, e, ao final, irei repeti-la para ver se alguém adivinha: quero saber dos senhores, antes de iniciar a minha fala, quem é Miguelzinho de Princesa. Ao final, vou repetir a pergunta.

Meus amigos, vou falar hoje sobre um evento de que participei ontem, uma sessão solene. Muitos não gostam, mas eu vou falar. Participei de uma sessão solene de entrega de um Título de Cidadã Honorária de Brasília à Diretora da Biblioteca Demonstrativa de Brasília, e ali nós tivemos um evento de grande significação, em que compareceram pessoas, intelectuais ligados à biblioteconomia.

Lá eu disse que um evento daquele nível não se prestava a outro objetivo a não ser homenagear aquelas pessoas que de fato contribuíram ou contribuem com a cidade. E hoje nós teremos aqui, neste plenário, às 19h, a entrega de outro Título de Cidadão Honorário de Brasília, concedido há muito tempo ao advogado Esdras Dantas de Souza, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e conselheiro federal daquela entidade. No evento, achamos que haverá um comparecimento maciço da classe dos advogados, e a honraria atende a todos os requisitos para os quais foi criada. Vou continuar defendendo esse tipo de solenidade. Sou a favor da limitação da concessão, bem como do rigor nos seus critérios.

Para se ter uma idéia, o título foi concedido pelo Decreto Legislativo nº 277, de 1998. O Deputado Wilson Lima não estava por aqui ainda; foi o ano em que S.Exa. foi eleito. O projeto foi apresentado por um dos Deputados mais brilhantes e atuantes que por aqui passaram, Deputado Manoel de Andrade.

Deputado Cabo Patrício, V.Exa. me disse agora há pouco que o plano de carreira dos policiais militares está andando fluentemente. Os militares estão depositando nesse plano uma esperança muito grande, e tenho certeza de que o Governo cumprirá o compromisso feito com a categoria dos policiais e bombeiros



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2009	15h25min	18 ^a Sessão Ordinária	13

militares. Isso é bom, mas que ande rápido, muito rápido, porque o plano vem desengessar uma série de situações que estão aí, que levam, por exemplo, praças a passarem, no mesmo posto, 10, 15, até 20 anos.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, quero parabenizar V.Exa. pela intervenção. Quanto ao plano de cargos e salários dos policiais e bombeiros militares, realmente está bem adiantado, mas é importante ressaltar que os policiais e bombeiros estão revoltados e indignados com o Governador, porque, até o momento, S.Exa. não cumpriu nenhuma de suas promessas, a não ser a implantação dos postos policiais, que engessa o sistema de segurança pública, como debatemos ontem neste plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Então, é importante que, assim que esse plano tiver convergido para um consenso, S.Exa. o encaminhe para o Governo Federal e faça uso da sua relação próxima com o Presidente Lula para que o plano seja assinado por medida provisória, a fim de que esses profissionais tenham reconhecido o seu trabalho, o seu empenho e toda a segurança que eles dão para a sociedade.

Como V.Exa. mesmo falou, nós temos soldados, cabos e sargentos com 20, 30 anos de profissão que não têm reconhecimento da instituição e menos ainda do Governo. Então esse plano pode resgatar a dignidade, a motivação desses profissionais. É importante que o Governador se empenhe para cumprir a promessa que fez durante a campanha. No mês de maio, a Polícia Militar fará 200 anos. Portanto, que esses profissionais possam ser promovidos e, junto a isso, tenham a correção salarial a que têm direito, a exemplo dos policiais civis, categoria da qual V.Exa. faz parte, que já receberam um reajuste em torno de 3,2% e 3,6%.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Agradeço o aparte do Deputado Cabo Patrício.

Sem dúvida, a esperança é fundada. Tenho certeza de que o Governo haverá de, o quanto antes, concluir esse plano de carreira que, como disse V.Exa., vai resgatar a dignidade dos profissionais do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar.

Deputado Cabo Patrício, não sei se digo hoje ou amanhã quem é Miguelzinho de Princesa. Eu digo hoje ou deixo para amanhã, Deputado Batista das Cooperativas? Deputado Wilson Lima, eu deixo para amanhã?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. está com a palavra.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Vocês sabem quem é Miguelzinho de Princesa? Poeta que escreve literatura de cordel, é o Delegado de Polícia Civil Miguel Lucena, paraibano, Chefe de Comunicação Social da nossa gloriosa Polícia Civil.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2009	15h25min	18 ^a Sessão Ordinária	14

Obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima para falar pelo Bloco Democrático Social Brasileiro.

DEPUTADO WILSON LIMA (Pelo Bloco Democrático Social Brasileiro. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria ter feito o uso da palavra ontem, mas fizemos um acordo para votar o PDOT e outras matérias sugeridas pelos Deputados.

Quero falar a respeito de um noticiário do *Correio Braziliense* que menciona que o preço do botijão de gás chega a 45 reais no Plano Piloto, 39 reais nas cidades do Distrito Federal e não custa mais do que 30 reais na fonte; ou seja, houve um aumento abusivo, uma elevação de preço, um lucro de 50% que o empresariado negocia com os oligopólios que comercializam esse produto no Distrito Federal. Isso é um absurdo! Isso se chama roubo porque as pessoas mais pobres são as que mais necessitam do gás. As pessoas abastadas não comem em casa; alimentam-se fora, mas o pobre tem que fazer o feijão com arroz em casa. São eles que acabam gastando mais gás e pagando mais caro por ele. Então, se custa 30, e estão vendendo a 39 e a 45 reais, estão usurpando, estão roubando da população.

Fica aqui registrado o meu protesto e o meu pedido ao PROCON e à Delegacia do Consumidor para que tomem providências enérgicas e punam os responsáveis por essa aberração.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios concedeu liminar que fixa o teto de desconto nas folhas de pagamento dos funcionários comissionados ou de carreira. Os bancos abocanhavam todo o salário. V.Exa. é advogado e sabe que isso não podia acontecer de maneira alguma. Mas os bancos estavam procedendo assim, estavam fazendo isso à margem da lei. E o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios concedeu liminar para a cobrança mensal de empréstimo apenas de 30%, ou seja, 70% a pessoa vai receber para continuar sobrevivendo. Para os que ganham tão pouquinho, isso representa uma quantia muito grande e vai fazer falta na mesa deles, dos seus familiares e dos seus filhos. Então, a Justiça está de olhos abertos.

O nosso banco, o BRB, jamais poderia compactuar com isso, porque ele detém a nossa folha de pagamento, a de nossos funcionários e, no entanto, estava fazendo isso também. Então, eu queria fazer um apelo a quem de direito, ao Presidente do BRB, a nós do governo, que fiscalizemos o próprio banco para que este não faça essa cobrança indevida acima dos 30%, concedida pela Justiça e que já era lei.

Está estampado no *Correio Braziliense* que o PT havia dito que o Arruda não cumpria compromissos e nem a lei, mas o Presidente Lula também não está



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2009	15h25min	18 ^a Sessão Ordinária	15

cumprindo. O funcionalismo público federal está prometendo desembarcar no Eixo Monumental para protestar. "Servidores em pé de guerra". Isso porque o Presidente Lula também não está agüentando o aumento que ele havia prometido. Então, não é só o Governador do Distrito Federal que está sentindo a dificuldade de cumprir a lei aprovada nesta Casa.

Há momentos para tudo. E aqui estou falando de discussão, de postergar, de compor, de ver uma forma. Agora, uma coisa nós não podemos permitir é que nossos alunos fiquem sem aulas. Isso é radicalizar, igual ao que os professores estão querendo fazer, com o apoio da bancada do PT desta Casa. O próprio Presidente Lula está fazendo a mesma coisa na área federal. É tempo de crise, é tempo de contenção, é tempo de diálogo e de conversa.

Para terminar, Sr. Presidente, eu volto à questão do aborto feito no Estado de Pernambuco. O bispo foi contra ele, manifestou-se e se deu aquela falácia toda. Eu tive conhecimento, o mais importante, de que os pais da moça, a mãe dos filhos que foram mortos – que foram abortados – e o conselho tutelar eram contra isso, manifestaram-se contra e, ao arrepião da vontade das pessoas, fizeram o aborto. Fizeram o aborto! Os médicos juntaram, mancomunaram e mataram duas crianças. Mataram!

DEPUTADO BISPO RENATO DE ANDRADE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WILSON LIMA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO DE ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, mas o próprio Vaticano não reconheceu que foi um erro do bispo?

DEPUTADO WILSON LIMA – Não foi o Vaticano que reconheceu o erro. Uma pessoa do Vaticano levantou uma questão a respeito da vida, mas nós não temos o direito sobre a vida, direito de matar. O quinto mandamento da Lei de Deus diz: não matar. E se as pessoas fossem condescendentes com aquelas pessoas que foram mortas, as duas crianças, tinham deixado pelo menos elas viverem por mais 2 meses. Com 6 meses, hoje, os hospitais conseguem fazer que uma criança sobreviva na incubadora. Assim, quem sabe não se as tinha matado e não se tinha feito essa barbárie que aconteceu em Pernambuco.

Portanto, foi crime, sim! Foi crime dos médicos aborteiros, dos maus profissionais e que não respeitam a lei, principalmente a lei de Deus.

Então, eu volto a bater nessa tecla: fizeram ao arrepião da vontade da menina, dos pais, do conselho tutelar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO DE ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Wilson Lima.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2009	15h25min	18 ^a Sessão Ordinária	16

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Ainda no Comunicados de Líderes, Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Encerrado os Comunicados de Líderes, passa-se aos Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a Palavra ao Deputado Brunelli. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roberto Lucena. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Deputado Raad Massouh está ausente por motivos de exame médico.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

Depois da Deputada Erika Kokay, só está inscrito o Deputado Geraldo Naves. Logo após o pronunciamento da Deputada Erika Kokay, se nós não tivermos *quorum* suficiente para deliberação das matérias, no exercício da Presidência, serei obrigado a encerrar a sessão.

Então, faço um apelo a todos os Deputados para que se dirijam ao plenário para podermos, de imediato, ter o *quorum* necessário para a apreciação das matérias, inclusive as de interesse dos Deputados.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT). Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a minha posição acerca da excomunhão já é bastante clara. É um fundamentalismo e uma incompreensão de que o Estado é laico e tem leis. E, além disso, Sr. Presidente, é um louvor à vida de uma menina de 9 anos.

No lançamento da Campanha da Fraternidade, foi dito pelo representante da Comissão Justiça e Paz que esta é uma época – a quaresma – de conversão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2009	15h25min	18 ^a Sessão Ordinária	17

Portanto, eu espero, Sr. Presidente, que o Arcebispo utilize esse espaço da quaresma para pedir perdão. E, com certeza, como estamos na quaresma, merecerá o nosso perdão e o perdão de Deus. E digo isso até porque a CNBB revê a sua posição e o próprio Vaticano falou que existia uma menina. Portanto, Sr. Presidente, não vou me deter a isso, vou me deter ao verdadeiro pecado que este Governo efetivou com a Cultura e com esta Casa.

Nós aprovamos aqui uma emenda à Lei Orgânica que disponibilizaria recursos para o FAC. Nós teríamos mais de 30 milhões do FAC para o estímulo a uma política que é um direito fundamental do ser humano, o direito à cultura. Aliás, só os seres humanos têm esta capacidade de deixaram sua marca na natureza e de expressá-la de forma multifacetada, através dos cheiros, dos sabores, das artes.

No ano passado, nós deveríamos ter mais 9 milhões do FAC, na medida em que houve a proporcionalidade da decisão da Câmara Legislativa e dos meses que ainda restavam durante o ano. Foram pouco mais de 3 milhões empenhados. Pouco mais de 3 milhões empenhados! E sem entrar em outros questionamentos, nós vimos no jornal que o Governo contratou um cantor, pouco conhecido, por R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), para divulgar o aniversário de Brasília em Salvador, durante o Carnaval, sem licitação.

A bancada do Partido dos Trabalhadores está fazendo um requerimento de informações, solicitando todos os contratos feitos sem licitação que envolvem a política de turismo.

Mas o que me chama a atenção neste processo, Sr. Presidente, é que enquanto a cultura de Brasília não tem disponibilizado os recursos aprovados por esta Casa – por um entendimento da importância dessa política cultural –, nós temos a contratação de um hino para o cinquentenário de Brasília de uma pessoa de fora desta cidade.

Temos um movimento cultural nesta cidade. Um movimento para além dos tapetes, gabinetes e gramados. Um movimento que retrata essa condição de mosaico cultural que tem Brasília, de ser a capital do forró, a capital do *rock*, a capital do cordel, a capital de tantas expressões culturais, do *rap*, do *hip hop*. Isto é Brasília! E aqui há um movimento cultural que expressa esta cidade, que vive esta cidade e, no mínimo, nós deveríamos ter para Brasília e as pessoas que a constroem, a cantam, falam dela, e a dançam todos os dias – que é o nosso movimento cultural –, responsáveis pelos cinqüenta anos de Brasília, inclusive pelo seu hino.

Essa é a melhor forma de divulgar esta cidade, mostrando que não é uma cidade que tem um governo que desrespeita a lei, a Câmara Legislativa e a cultura. Que me lembra muito, esses dias, a construção de uma grande ferida na história da humanidade: a construção do fascismo e do nazismo. Lembra-me, Sr. Presidente, porque diziam os nazistas que, ao ouvirem falar de cultura, tinham vontade de sacar as armas. Aqui não se saca armas, mas se tiram os recursos necessários para que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2009	15h25min	18 ^a Sessão Ordinária	18

tenhamos uma cultura que corresponda ao mosaico e à diversidade desta cidade tão sofrida, chamada Brasília, Capital da República.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Deputado Batista das Cooperativas a conferência de *quorum*.

Está encerrado o tempo destinado aos Comunicados de Parlamentares.

Não há *quorum* regimental para deliberação de matérias do Plenário.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a reunião às 16h34min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 50-Suplemento, de 24/3/2009.